

PARADIPLOMACIA: A INSERÇÃO E ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2005-2008.

Rafael Pavanelli¹

RESUMO

A paradiplomacia desponta como atividade dos governos subnacionais na atuação internacional em busca de desenvolvimento de projetos de cooperação, financiamento e promoção de investimentos que visam o desenvolvimento local em variados temas.

A cidade de São Paulo apresenta importância econômica nacional e regional e possui estrutura institucional para atuar internacionalmente através da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, criada em 2001.

O presente trabalho analisou a atuação e a política de inserção internacional da cidade de São Paulo durante os anos de 2005 a 2008. O período foi marcado pela eleição de José Serra em 2005 e a transferência de governo para Gilberto Kassab em 2006. O prefeito deu mais importância à Secretaria Municipal de Relações Internacionais na medida em que aumentou o orçamento absoluto e relativo, da mesma maneira que priorizou outras diretrizes, principalmente no setor de promoção e atração de investimentos.

Palavras-chave: relações internacionais, governos subnacionais, paradiplomacia, São Paulo.

1. Introdução

O século XXI inicia-se e mudanças gradativas ocorrem no que se refere a participação de diferentes atores na dinâmica do sistema internacional. Os

¹ Aluno do 4º ano de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi. e-mail: rafaelpavanelli@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Silva Nunes de Oliveira Junior.

acontecimentos ao longo dos séculos, principalmente no século XX, período de grande aceleração do processo de globalização, abrem espaços para atuação de outras esferas governamentais e favorece a participação de entes subnacionais como atores nas Relações Internacionais (SOLDATOS, 1990).

A autora Saskia Sassen (2004) avalia que os impactos provocados pela globalização podem favorecer a iniciação da atuação e inserção na política internacional e regional pelos diferentes níveis de governo, o que leva a uma abertura para participação de novos atores e conseqüentemente uma reflexão dos limites de atuação do Estado-Nação no ambiente internacional baseado no conceito clássico de soberania.

A atividade paradiplomática, ou a participação de governos subnacionais no âmbito internacional, evidencia o fato de que a descentralização do poder de atuação e decisão da política externa promove uma abertura no processo democrático, pois abre espaço para a interação de outros atores no processo decisório nos assuntos e temas que influenciam diretamente no âmbito subnacional, principalmente nas cidades.

O objetivo deste artigo é descrever a inserção internacional da cidade de São Paulo no período de 2005 a 2008, durante o governo de centro-direita de coalizão entre o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) e o Democratas (DEM). Busca-se apontar os principais fatores que determinaram a política de inserção internacional da cidade, levando em consideração o histórico de ações internacionais da cidade e a mudança de gestão do governo.

A participação da cidade de São Paulo como ator com autonomia no sistema internacional exemplifica o conceito de paradiplomacia. As características exclusivas da cidade, o seu porte e sua importância econômica, fazem com que São Paulo esteja no mesmo patamar das cidades-globais, conforme os critérios propostos por Sassen (2004), os quais caracterizam as cidades globais como

“postos de comando da economia mundial, acolhendo as direções das multinacionais, funcionando como imensos laboratórios de inovação tecnológica e financeira, e concentrando os principais mercados de capitais internacionais”. (WANDERLEY, 2006, pg.190)

A cidade de São Paulo é uma das cidades mais importantes nas esferas nacional, regional e mundial. O centro produtivo e econômico do Brasil está praticamente centralizado em São Paulo. A cidade possui 11 milhões de habitantes, ultrapassam os R\$160 bilhões de produto interno bruto e possui renda *per capita* de R\$ 14.820,00. (Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Base de dados do ano de 2005).

São Paulo torna-se mais relevante economicamente quando levado em consideração que metade das maiores empresas privadas do país estão localizadas em São Paulo, assim como 63% das sedes das multinacionais que atuam no Brasil. São Paulo é considerada cidade estratégica para a economia do país, pois é sede de grandes bancos, seguradoras, provedores de internet e agências de comunicação. A cidade recebe 75% das grandes feiras comerciais que acontecem no Brasil, o que aumenta ainda mais sua importância e destaque, sem contar o comércio agrícola que se estima em 240 mil toneladas de alimentos e que são distribuídos para todo o país.

Sabendo da centralidade econômica resultante do volume de negócios, da importância produtiva, da logística e da capacidade de absorver novas demandas e criar novas necessidades, a cidade de São Paulo figura como metrópole de destino de procura internacional. A partir disso percebe-se a necessidade de haver um órgão, ligado ao governo do município, que seja responsável por organizar, filtrar e orientar as políticas e ações decorrentes de fatores que exercem influência econômica, política e social na cidade.

A Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo foi criada no ano de 2001, durante o governo de Marta Suplicy, do Partido dos trabalhadores, através da Lei 13.165 que atribui legalmente e regulamenta as atividades da SMRI entre elas (I) assessorar o prefeito em contatos internacionais, (II) estabelecer contato e manter relações com organismos internacionais, ONGs, representantes diplomáticos, empresários e outras entidades, (III) assim como fornecer suporte técnico aos órgãos da Administração do Município de São Paulo em contatos internacionais e na elaboração de projetos de cooperação internacional. (Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Relações Internacionais)

Através da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a cidade de São Paulo consolida sua atuação e inserção no ambiente internacional, realizando contatos

com órgãos internacionais, desenvolvendo projetos com órgãos governamentais de outros países e participa ativamente de grupos de discussões, atividades as quais são caracterizadas como paradiplomacia.

Considerando informações anteriores, o peso econômico e político da cidade de São Paulo para o Brasil e para a América do Sul, somado ao período de grande desenvolvimento tecnológico, principalmente aquele envolvido com a velocidade da comunicação, é mister investigar de que forma o governo paulistano, especificamente do período selecionado, desenvolve diretrizes para atuação e inserção da cidade no cenário internacional.

Para discutir a atividade internacional da cidade de São Paulo, buscou-se entender as bases teóricas e as características estruturais que possibilitam o desenvolvimento da atividade paradiplomática. Dessa maneira, foi delimitado que a análise do processo de globalização seria pertinente para mostrar ao leitor de que maneira o sistema capitalista fornece oportunidades para tal atividade.

Na mesma direção, a discussão acerca da formação de cidades globais e as características intrínsecas torna-se essencial para melhor entendimento do caso de São Paulo. Em seguida, apresenta-se o conceito de paradiplomacia e os fundamentos que caracterizam a atividade internacional de governos subnacionais propostos por Soldatos (1990). Por último, analisa-se os números da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, referentes ao período de 2005 a 2008, objetivando o entendimento das características da política de inserção internacional da cidade de São Paulo.

2. Globalização como gatilho para inserção internacional de governos subnacionais.

O termo globalização é utilizado por diversos autores e conceituado a partir de diferentes visões sobre o processo e as modificações as quais resultam da interação e comportamento dos atores incluídos no processo, direcionados pela intensificação e extensão da organização capitalista de produção, principalmente no século XX, após a II Guerra Mundial e mais intensamente após o término da Guerra Fria, momento em que a queda do Socialismo no leste europeu e a dissolução da URSS garantem a vitória da ideologia capitalista.

Nesse sentido o capitalismo como modo de produção internacional ultrapassa fronteiras de todos os tipos e se torna no século XX, um modo de produção não só internacional, mas propriamente global, sendo um processo que inclui simultaneamente a esfera social, econômica, política e cultural que “influencia, tensiona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato”. (IANNI, 2002, pág. 171).

No curso da história da globalização do capitalismo, a interação dinâmica provoca competição entre os capitais, depende da conquista de novos mercados e sua influência, seja mais moderada ou intensa, depende do Estado em que se desenvolve essa interação e a formação social com o qual se defronta, resultando em transformações na distribuição, produção, concentração e reprodução do capital, compreendendo fatores econômicos, economias nacionais, internacionais e mundial como um todo.

Para Ianni, (2002, pág. 172), “à medida que se desenvolve o capitalismo, o capital em geral adquire maior relevância, influenciando cada vez mais as condições e as possibilidades dos capitais singulares e particulares”, levando em consideração que revoluciona as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção, assim como a organização e técnicas já existentes em moldes capitalistas, principalmente no século XX em que o capital adquire características globais, resultando na dissolução de muitas fronteiras entre mercados financeiros nacionais e emergência de um mercado global de capitais.

A tendência do capitalismo é mundial, com possibilidade de influenciar mais ou menos intensamente todas as formas de organização do trabalho e da vida social, criando modelos de produção como o “*fordismo*” e o “*toyotismo*”, e utiliza-se tanto dos mecanismos do liberalismo e da perfeição da dinâmica do mercado na relação oferta e demanda, quanto dos mecanismos de protecionismo e intervenção do Estado no modelo de organização econômica.

No fim do século XX, “o capital adquire características propriamente globais, dissolvem-se muitas fronteiras entre mercados financeiros nacionais e emerge um verdadeiro mercado global de capitais”, conforme analisa Ianni (2002, pág. 177), que se intensifica e se estende com o fim da guerra Fria e a abertura de mercado das nações de regime socialista, culminando numa nova divisão internacional do trabalho e

flexibilização dos processos produtivos, num ambiente em que empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquirem preeminência sobre as economias nacionais.

Dessa maneira, o poder de atuação do Estado-Nação tem se modificado drasticamente e suas características clássicas têm sido questionadas ou radicalmente transformadas, obrigando-o a reorganizar-se ou modernizar-se segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos dos fatores de produção, das alianças estratégicas entre corporações que por sua vez tornam-se o *locus* do poder econômico e político, principalmente devido a financeirização que domina a dinâmica econômica, responsável por gerir, definir e realizar a riqueza no capitalismo.

Transportando o tema da globalização para o ambiente subnacional, é possível perceber que o exercício para a atividade paradiplomática tem um grande campo de atuação, seja ela para buscar investimentos, para dinamizar a competitividade do mercado ou para criar estrutura para que o processo capitalista tenha campo para desenvolvimento e intensificação.

Nesse sentido, o sistema internacional passa a ser constituído por um sistema de atores de vários segmentos de poder, desde estados nacionais e empresas transnacionais, passando por organizações multilaterais e grupos de negociação, até ONGs e atores nacionais, que participam ativa ou passivamente da dinâmica do processo de globalização e suas consequências, e que resultam no aumento gradativo das reivindicações, negociações, tensões, integrações que articulam o sistema mundial.

Em consequência desse movimento dinâmico e o fácil acesso à organização global, surge o conceito de interdependência, que resumidamente, de acordo com Ianni (2002, pág. 80)

“significa mútua dependência e diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações, reflexo de transações internacionais, fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras...”

O termo interdependência foi primeiramente discutido na literatura por Keohane e Nye (2001), no livro *Power and interdependence*, em que afirmam que o termo globalização implica em algo que está se incrementando e defendem que o “globalismo é

uma condição ou estado do mundo, e que pode aumentar ou diminuir”, e definem globalismo

“as a state of the world involving networks of interdependence at multicontinental distances, linked through flows and influences of capital and goods, information and ideas, people and force, as well as environmentally and biologically relevant substances. Globalization and deglobalization refer to the increase or decline of globalism.” (KEOHANE & NYE, 2001, pág. 229)

As relações interdependentes, principalmente as econômicas, podem criar benefícios e ao mesmo tempo gerar custos pelo fato de que a economia necessita frequentemente de ajustes, os quais podem ser absolutamente rígidos em consequência de acontecimentos que desenrolaram a longas distâncias e que impactam profundamente a saúde econômica do país, região ou cidade.

O provável impacto dependerá tanto da sensibilidade local que, conforme postula Keohane & Nye (2001, pág. 237), “refere-se aos custos de efeitos de fluxos que atravessam as fronteiras e impactam sociedades e governos sem que ocorra uma mudança de políticas básicas”, assim como da vulnerabilidade, que refere-se aos custos de ajustes de mudanças ocorridas nas políticas em consequência da sensibilidade”, sendo ambos importantes aspectos que marcam a existência do globalismo. (idem) Nesse contexto, os autores definem globalismo e interconectividade como “a responsabilidade dos atores de arcarem com os custos impostos por eventos externos mesmo depois de se alterar políticas.” (idem)

Atualmente, o processo de globalismo tende a tornar-se mais forte e intenso e podem gerar três mudanças que não estão relacionadas com intensidade, mas sim com outro aspecto. Para Keohane & Nye (2001, pág. 240), o aumento da densidade de conexões, o aumento da velocidade de resposta institucional e o aumento da participação transnacional de diversos atores são elementos que modificam e atuam diretamente no ambiente internacional e que caracteriza a globalização.

Neste caso, a densidade de conexões numa economia com base no conhecimento, “gera poderosos efeitos que transbordam e que frequentemente se espalham como fogo em direção à inovação e desencadeiam uma corrente de novas invenções” (KEOHANE &

NYE, 2001, pág. 241). Como resultado, é esperado que o globalismo seja acompanhado de incertezas assim como de esforços governamentais e empresariais para compreender e gerenciar o aumento da complexidade do sistema.

A resposta institucional está diretamente ligada à diminuição dos custos de comunicação que se encontra no centro econômico e social do processo de globalização, e não exatamente na velocidade da comunicação, e que possibilita a organização transnacional do trabalho, a expansão dos mercados e uma nova divisão internacional do trabalho, onde os efeitos são passíveis de visualização mais através do aumento da intensidade do que extensão do globalismo.

A redução dos custos de comunicação também influencia no aumento da participação de atores transnacionais assim como aprofunda a relevância da interdependência complexa. De acordo com Keohane e Nye (2001, pág. 245), a interdependência complexa é caracterizada pelos múltiplos canais e atores existentes entre as sociedades, múltiplos pontos organizados sem nenhuma hierarquia e da irrelevância de ameaças e uso da força entre estados ligados pela interdependência complexa.

“In a world of complex interdependence, politics would be different. The goals and instruments of States policy and processes of agenda setting and issue-linkage, would all be different, as would the significance of international organizations”
(KEOHANE & NYE, 2001, pág. 245)

Ainda de acordo com Keohane e Nye (2001, pág. 246), a expansão dos canais de contatos transnacionais a distâncias multicontinentais, gerado pela mídia e pela difusão de organizações não governamentais auxiliou a expandir outra dimensão da interdependência complexa: a multiplicidade de temas que conectam sociedades.

A análise sistêmica do mundo e do processo de globalização envolve tanto as noções de ocidentalismo e capitalismo como os fatores de modernização e evolução, compreendendo integração e diferenciação, que por sua vez possibilitam a organização e a dinâmica de sistemas e subsistemas em âmbito local, nacional, regional e mundial (IANNI, 2002, pág. 89), onde é possível encontrar a atuação e o desenvolvimento de

idades globais, que passam a ser pontos de convergência de todos os aspectos que estão inseridos no processo de globalização.

2.1 Cidade Global e as demandas internacionais

O processo de globalização cria e modifica as estruturas e o sistema de organização produtiva e mostra-se de forma mais particular e evidente nas grandes cidades, desencadeado principalmente pelas mudanças econômicas em escala global motivadas pelas inovações tecnológicas que influenciam e intensificam diretamente a interdependência do mundo.

As inovações tecnológicas, principalmente nas áreas de telecomunicações, micro-eletrônica, robótica e biotecnologia possibilitam a flexibilização do modelo de produção e aumentam a importância do capital transnacional como fator determinante para o desenvolvimento econômico no mesmo sentido que influencia no desenvolvimento das cidades e nos processos que acompanham o capitalismo, em escala mundial, principalmente no período pós-II Guerra Mundial e intensificado com o fim da Guerra Fria.

“Seja megalópole, megacidade ou cidade mundial, o papel da cidade dominante está crescentemente associado à capacidade econômica nacional e seus vínculos externos, já que a interdependência econômica global torna-se mais e mais realidade no pós-II guerra.” (LO, 1991, pág. 153).

De acordo com Ianni (2007, pág. 53), a cidade global está vivendo um momento excepcional da realidade social estabelecido pelo encontro entre a geografia e a história que marcam predominantemente as áreas políticas, econômicas e culturais, e que se torna realidade nos fins do século XX, como condição e resultado da globalização do capitalismo, “emergindo como um fenômeno global e crescendo cada vez mais forte no final do século passado” (LO, 1991, pág. 155).

A economia global que se desenvolve como resultado do processo de globalização possibilita uma nova geografia e um rápido desenvolvimento condicionado pelas novas tecnologias e eleva as cidades como novas entidades econômicas devido à

carga de centralidade, que por sua vez reestruturam suas funções de controle global, bem como da divisão do trabalho espacial interno, para responder à presente reestruturação da economia mundial.

Nesse sentido, surge o conceito de cidades globais, cidades caracterizadas por serem

“centros de poder político, tanto nacional como internacional, centros de comércio nacional e internacional, centros de bancos, seguros e serviços financeiros relacionados, centros de atividades profissionais avançadas, centro de coleta e difusão de informações via publicações e mídias de massa, e por fim centros de consumo.” (LO, 1991, pág. 157) (Tradução do autor)

As cidades passam a ser pontos de convergência das conexões e adquirem crescente centralidade e importância e que passam a criar suas próprias demandas de acordo com a sua funcionalidade e categoria dentro da região onde está inserida.

De acordo com Lo (1991, pág. 160), o padrão de desenvolvimento das cidades reflete a natureza da economia urbana e as relações entre estas cidades e o restante do mundo, sendo que as cidades globais são caracterizadas por conduzirem importantes partes dos negócios mundiais, em consequência da sua centralidade no comércio, finanças e indústria, como também local, onde existe fluxo de poder e tomadas de decisões.

Na definição de Sassen

“as cidades globais são, pois, aquelas que, além de uma infraestrutura tecnológica excepcional, abrigam uma vasta economia intermediária de serviços altamente especializados – publicidade, contabilidade, assistência jurídica, consultoria, finanças, engenharia, arquitetura -, que sustentam e facilitam o trabalho das empresas. [...] A cidade global adquire sentido por pertencer a uma rede urbana que representa, de alguma maneira, o centro nervoso da economia global...” (WANDERLEY 2006, pág. 190).

São Paulo participa dinamicamente das relações econômicas globalizadas desempenhando funções de produção e serviços locais, nacionais e internacionais. A

cidade faz parte de uma rede urbana que é diretamente influenciada pelos fluxos informacionais, financeiros e produtivos, no mesmo sentido que é marcada pelos contrastes entre residenciais dos ricos e a expulsão da população pobre às periferias, favelas e cortiços.

Para Ferreira (2003), São Paulo não possui atributos que possibilitam e garantam a denominação de cidade global quando comparado a outras cidades de grande porte e importância nos temas já citados, como por exemplo, o aeroporto que não participa dos 25 maiores do mundo, assim como não possui um setor terciário de ponta e muito menor quantidade de sedes de bancos e seguradoras que existem no mundo.

Este autor declara que

“o fenômeno da ‘cidade-global’ pode mais ser, na realidade dos países subdesenvolvidos, um instrumento para a imposição de uma economia urbana de mercado, que exacerba mais a situação de desigualdade social, precariedade no emprego e segregação espacial” (FERREIRA, 2003 *apud* WANDERLEY, 2006, pág. 200).

O autor citado é crítico na utilização do termo cidade-global para o caso de São Paulo, pois acredita que a denominação é fruto de um discurso para atrair investimento estrangeiro, principalmente para o setor imobiliário, pois a promoção do termo legitima a canalização de recursos públicos que irão promover a valorização imobiliária dos distritos empresariais, e que por outro lado, São Paulo ainda não “soube superar a herança colonial de sua sociedade, por sobre a qual se aplica uma ideologicamente uma matriz de ‘modernidade’...” (FERREIRA, 2003 *apud* WANDERLEY, 2006, pág. 201).

Os municípios são responsáveis pela saúde pública, educação básica e transporte. São responsáveis por regular, usufruir e proteger a herança histórica e cultural levando em consideração o crescimento metropolitano contemporâneo e o processo de adaptação e mudanças que surgem com a urbanização maciça, deslocamento migratório, territorialização e desterritorialização produtiva, assim como pela inserção global e pelo desempenho na política e economia mundial.

3. A atividade internacional de governos subnacionais: A paradiplomacia.

Na visão de Soldatos (1990, pág. 35) o fenômeno da paradiplomacia é resultado da crise do processo de Estado-Nação e seu desempenho na política externa, no qual os atores subnacionais competem por espaços na esfera internacional, o que possibilita uma relação mais ativa nas relações internacionais dos níveis regionais, provinciais e municipais de novos atores.

De acordo com Prieto (2004, pág. 251), a paradiplomacia é caracterizada pelo

“envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por estabelecimento de contatos, formais e informais, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos”.

O conceito de novos atores em política externa e o relativo fenômeno da paradiplomacia é visualizado especialmente em sociedades pertencentes a países de divisão federativa e de avançados níveis industriais, onde as prerrogativas da soberania do Estado-Nação passa por um processo de erosão e possibilita a atuação dos entes federativos caracterizadas de duas formas.

Para Soldatos (1990, pág. 35) o ator subnacional desempenha suas próprias atitudes utilizando canais e maquinários domésticos e externos na busca da seu próprio corpo de objetivos, o que caracteriza qualitativamente sua postura diante do sistema e da dinâmica internacional. De forma quantitativa, a atividade paradiplomática é mensurada pelo aumento substancial e sem precedentes de relacionamentos externos, caracterizados pela interação e pelo número de parceiros que os novos atores se relacionam. Neste caso, as ações e atitudes possuem objetivos, estratégias, táticas, instituições, um processo de tomada de decisão, instrumentos e uma política externa similar à política externa dos Estados-Nação.

Soldatos (1990, pág. 38) diferencia dois tipos de atitudes de acordo com a suas relações com outros atores e instituições. A segmentação territorial ou vertical em que vários níveis de governo seja ela federativa ou municipal, são diretamente ativos na realização de relações internacionais e política exterior. A segmentação funcional ou horizontal é caracterizada pela presença de diferentes departamentos de um mesmo nível governamental envolvidos diretamente nas relações internacionais e na política exterior.

Além disso, o autor diferencia duas principais categorias de paradiplomacia: a paradiplomacia global, em que os atores “tratam de questões concernentes ao sistema internacional em seu conjunto, a exemplo de questões de guerra e paz ou liberalização do comércio” (RIBEIRO 2008, pág. 163), o que não é usual pois as unidades federadas tratam de questões de *low politics*, envolvendo temas como cultura, serviços e educação; e a paradiplomacia regional, “em que são envolvidos temas e questões de relevância regional, a exemplo das relações entre uma província de um país e um estado de um país vizinho”.(idem) A paradiplomacia regional pode ser subdividida em macro regional, em que os assuntos estão ligados a comunidades não contíguas e micro regional, na qual os assuntos tratados dizem respeito a comunidades que são geograficamente contíguas.

A natureza da paradiplomacia pode ser dividida entre ação cooperativa, quando unidades subnacionais desenvolvem trabalhos em coordenação ou juntamente com a unidade federal, como também podem ser caracterizadas pela ação paralela à unidade federal, sendo ela em desarmonia ou em harmonia. (SOLDATOS, 1990, pág. 40)

A descentralização da ação e atitude em direção à política externa de diferentes atores possibilita uma melhora na eficiência das relações exteriores e pode tornar-se um meio pelo qual na combinação de esforços entre os diferentes níveis governamentais abre oportunidades para maiores chances de constituir uma melhora nas deficiências internas e na política exterior da nação como um todo. Esse direcionamento está diretamente ligado às determinantes que influenciam no processo paradiplomático das unidades subnacionais e ao fenômeno de crise da soberania do Estado-Nação, resultado da inabilidade de eficácia e eficiência na promoção dos interesses subnacionais, que se tornam cada vez mais centros de decisão e poder, que “voltam-se para a sua inserção internacional visando a atrair investimentos, à promoção do bem estar social e do seu próprio desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008, pág. 184).

Há outras razões que influenciam e incentivam a atitude paradiplomática provocada primeiramente por uma nova relação entre Estado-Nação e as entidades subnacionais, “na qual os últimos aparecem como um novo ator internacional tanto em termos políticos quanto na promoção do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008, pág. 184), entre elas: o aumento das unidades federativas em número de instituições, orçamento e funções que encorajam as elites subnacionais a buscarem novos posicionamentos; os

erros cometidos pela esfera federal e a ineficiência na condução da política externa, abordada anteriormente, que pode gerar tanto uma atitude paradiplomática de apoio quanto uma atitude substitutiva; os problemas no processo de construção de uma nação e a falta de posicionamento na defesa dos interesses nacionais via política externa; a falta de uma instituição representativa que tenha a capacidade de impactar na política externa; e finalmente as incertezas constitucionais na divisão de competências que fazem com que as unidades subnacionais busquem seus posicionamentos na política externa (SOLDATOS, 1990, pág. 46-47).

A ação internacional de entidades subnacionais é uma característica cada vez mais marcante no mundo atual, na qual a política externa escapa cada vez mais das mãos dos Estados-Nação provocando uma domesticação da política exterior, na medida que as unidades subnacionais buscam estabelecer relações diretas com outros atores para promoverem seus interesses distintos, levando em consideração a crescente internacionalização da economia e os impactos provocados pela interdependência.

Fatores como a interdependência e a influência da economia mundial possibilitam o encorajamento de governos subnacionais a iniciar a centralização de uma política externa com o intuito de envolverem-se com o aumento da quantidade de atores no sistema internacional, na busca de proteção de seus interesses e participações, e que em contrapartida, podem ser influenciados e envolvidos por atores externos, tanto pela proximidade geográfica e demográfica como também devido às afinidades culturais e economias complementares no ambiente de interação micro ou macro regional.

Ribeiro (2008, pág. 180) faz referência a Soldatos (1990) que aponta alguns tipos de ações de governos subnacionais que visam a promover uma melhor inserção da economia local no mundo globalizado. Dentre as ações estão o estabelecimento de mecanismos e instituições para a condução de relações internacionais; a formulação e a implementação de políticas domésticas vinculadas às relações internacionais; a organização de missões ao exterior e recepção de autoridades internacionais; a celebração de atos internacionais e a promoção de relações com o ambiente externo através da participação em organizações, redes e conferências internacionais.

Para Soldatos (1990 pág. 49), a paradiplomacia pode ser considerada como uma racionalização da política exterior, na qual o governo federal aceita o posicionamento

internacional do ator subnacional como complementar ao seus planejamentos e aspirações. A politização da ação paradiplomática ganha importância e mais visibilidade quando os temas *low politics* passam a gerar consequências nos temas de *high politics*.

No entanto, Soldatos (1990 pág. 51) aponta que se deve evitar a confusão conceitual entre as causas determinantes para ação paradiplomática da concepção das condições que favorecem as atitudes paradiplomáticas. Para o autor, condições favoráveis podem incluir personalidade dos líderes, ingredientes históricos e culturais, condição político-social, posicionamento geográfico importante, assim como uma ação paradiplomática em harmonia com outras unidades subnacionais.

A paradiplomacia de governos subnacionais está presente e fará parte do relacionamento futuro das cidades, estados ou regiões na medida em que o aspecto da racionalização aumentar e a ênfase no conflito diminuir, dando espaço para o aprofundamento da paradiplomacia cooperativa no lugar da paradiplomacia paralela, alimentado principalmente pela interdependência e pelas causas externas. (SOLDATOS, 1990, pág. 51)

Para analisar a paradiplomacia na cidade de São Paulo é necessário fazer um breve retrospecto histórico sobre o desenvolvimento das atividades internacionais do município, para posteriormente localizar o leitor no período específico, entre os anos de 2005 a 2008, e fundamentar a análise com informações que estão diretamente relacionadas aos trabalhos realizados pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

3.1 Histórico da paradiplomacia e inserção internacional da cidade de São Paulo.

No caso da cidade de São Paulo, a atividade paradiplomática teve início no final da década de 80 e início dos anos 90, precisamente com a criação da Assessoria de Relações Internacionais, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Neste momento, a assessoria de relações internacionais tinha o objetivo de desenvolver um relacionamento internacional com diversos interlocutores internacionais, “na busca de financiamento, elaboração de projetos, cooperação tecnológica e intercâmbio de experiências” (PRADO, 2008, pág. 334) visando propostas de médio e longo prazo.

De acordo com Gayard (2007, pág. 221) “é possível descrever a atuação da Assessoria como “experimental”, utilizando das relações internacionais como forma alternativa de governo”, que devido ao seu caráter inicial e pouco comum entre governos municipais tivera uma função de “desbravar as possibilidades do cenário internacional, e aprender com experiências de tentativa e erro, no estabelecimento das relações externas de São Paulo.” (idem).

Gayard (2007, pág. 219) delimita as viagens a dez países, realizada por funcionários da prefeitura de São Paulo em fevereiro e março de 1989, como marco inicial das atividades paradiplomáticas da cidade e que teve o objetivo de definir os rumos da recém criada assessoria e buscou diversos contatos na procura por afinidades em diversos temas de interesse.

No momento seguinte, nos governos de Paulo Maluf (1993-1997) e Celso Pitta (1997-2000), a prefeitura não possuiu um órgão específico responsável pelas ações internacionais e as iniciativas não eram delimitadas por uma estratégia de governo. (PRADO, 2008, pág. 340) A Assessoria de Relações Internacionais inserida na Secretaria de Negócios Extraordinários foi extinta. Dessa forma, com descreve Prado (2008, pág. 340), as ações internacionais foram marcadas pelo personalismo do governante e conseqüentemente pela vontade política do gestor em exercício. As ações tiveram “característica de ‘pulverização’, ou seja, não tinham sido desenvolvidas sob coordenação de uma agência específica”.

Mesmo com a ausência de uma burocracia institucionalizada, houve uma atuação internacional, “principalmente pela realização de projetos e negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), segundo relata Prado (2008, pág. 341).

Os projetos desenvolvidos na gestão de Paulo Maluf (1992-1996) estiveram relacionados principalmente às áreas de recuperação ambiental e infraestrutura, entre eles o Procav I e II, para canalização de córregos e recuperação ambiental, o Projeto Guarapiranga de saneamento básico e o Programa de Verticalização e Urbanização de Favela (Prover ou Projeto Cingapura).

A atuação internacional de São Paulo durante a gestão de Celso Pitta (1997-2000) foi marcada exclusivamente pela participação da cidade no encontro MIPIM Américas e

pela negociação junto ao BID para financiamento do Projeto Luz, além da continuação dos trabalhos desenvolvidos no governo anterior.

O encontro internacional MIPIM Américas, evento voltado para profissionais do mercado imobiliário, ocorreu em novembro de 1998, em Miami Beach e a participação de São Paulo estava relacionada ao Programa de valorização do centro de São Paulo – PROCENTRO - onde se identificou oportunidades imobiliárias na região central de São Paulo.

Já o Projeto Luz – Programa BID/Ministério da Cultura: preservação do patrimônio histórico e cultural urbanos, orçado em US\$ 12 milhões foi realizado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano em parceria com o governo federal e parcialmente financiado pelo BID. Entre os principais objetivos do programa estiveram a restauração e climatização do arquivo municipal, recuperação de fachadas de imóveis no entorno das estações Júlio Prestes/Luz, requalificação de espaços públicos e dinamização de eixo cultural mediante intervenções de reurbanização e paisagismo.

De acordo com Prado (2008, pág. 378) o período de 1997 a 2000 é marcado pela falta de articulação e de coordenação das ações internacionais de São Paulo devido à ausência de um órgão específico voltado para os assuntos internacionais, o que diminuiu as possibilidades de ação internacional, mas que, no entanto, havia uma preocupação dos gestores com a imagem da cidade no plano internacional.

A autora conclui que “para compreender a ação internacional de São Paulo é necessário vincular tais ações ao perfil internacional de cada gestor e aos objetivos e prioridades apresentadas pelos prefeitos na administração do município como um todo”. (PRADO, 2008, pág. 384)

Em 2001, com a mudança de governo e o início da gestão de Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores, foi criada a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, “que atribui um novo sentido à projeção internacional da cidade de São Paulo” (GAYARD, 2007, pág. 226), e reforça a importância do ambiente internacional como *locus* onde se busca oportunidades de desenvolvimento local.

A criação da SMRI possibilitou atuação política, diferentemente da limitação da esfera econômica anteriormente proposta. A institucionalização do órgão responsável pela atuação internacional da cidade de São Paulo representa a importância dada ao tema

como programa de governo, diferentemente dos gestores anteriores, conforme exposto anteriormente.

Conforme explica Gayard (2007, pág. 227), a Secretaria Municipal de Relações Internacionais foi idealizada como uma “secretaria meio”, com a função de auxiliar as demais Secretarias municipais nos projetos desenvolvidos com órgãos no exterior. Nesse sentido, ficaria a cargo da SMRI a busca de financiamentos de projetos e parcerias para iniciativas de cooperação, realizando o contato entre os órgãos municipais e o âmbito internacional. Além disso, “a secretaria assumiu papel de assessoria direta da Prefeita em contatos e relações internacionais, assim como seria responsável pelas relações institucionais com embaixadas, consulados e representações internacionais” (MATTOSO, 2002 *apud* FROZAGLIA, 2005, pág. 90).

Frozaglia (2005, pág. 90) relata que inicialmente a atuação internacional fora definida em cinco eixos: participação em redes internacionais de cidades; estabelecimento de contatos e projetos de cooperação com organizações multilaterais, intercâmbio de políticas públicas e acordos de cooperação entre São Paulo e outras cidades; atuação na captação de investimentos e por último a divulgação internacional das experiências exitosas da gestão pública paulistana.

Nesse sentido, a SMRI é criada com base em diretrizes para atuação internacional que determinam e modificam a atividade paradiplomática da cidade de São Paulo se comparada ao período anterior de governo. Alguns projetos como o Bairro Legal, desenvolvido pela Secretaria de Habitação, em conjunto com o *Cities Alliance*, órgão ligado ao Habitat-ONU e financiado pelo Banco Mundial fizeram parte da administração petista e que deram abertura e proporcionaram estrutura para contatos internacionais. (RELATÓRIO DE PESQUISA FAPESP, 2007)

3.2 A consolidação da paradiplomacia na cidade de São Paulo: A Secretaria Municipal de Relações Internacionais de 2005 a 2008.

O período que tem início em 2005 e termina em 2008, marco temporal escolhido para essa pesquisa, é marcado pelo desligamento de muitas redes e focando-se nas redes consideradas mais importantes. Há indícios de que a inserção internacional da cidade de

São Paulo sofreria mudanças fundamentadas principalmente pelo fechamento da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, buscando a diminuição dos custos, conforme José Serra mencionou quando assumiu o governo da cidade.

Para entender e caracterizar a participação da cidade de São Paulo no ambiente internacional durante o período de 2005 a 2008 foram analisados dois âmbitos relacionados à Secretaria Municipal de Relações Internacionais: o âmbito das operações, que se resume a informações sobre quadro funcional, orçamento e alocações em que está designado; e o âmbito das ações, que estão entre as participações em organismos e instituições multilaterais assim como as missões comerciais, encontros entre autoridades governamentais.

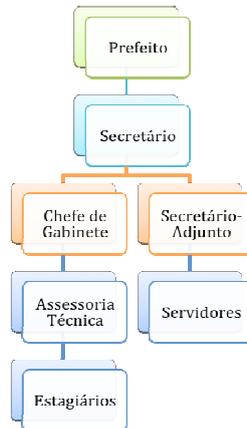
Basicamente, as estratégias adotadas para inserção internacional abrangem os dois âmbitos de modo que “ficam conformadas por suas motivações e estruturas de oportunidades” (KEATING, 2000, *apud* RIBEIRO, 2008, pág. 170) no qual o processo pode ser desenvolvido tanto na esfera bilateral quanto na multilateral. Dessa maneira, as cidades podem tomar o caminho direto, desempenhando um papel ativo de ator internacional, ou o caminho indireto, atuando como mediadores que exercem influência sobre os governos nacionais, como exemplifica Hocking. (2004, *apud* RIBEIRO, 2008, pág. 168).

Nesse sentido, foram delimitadas duas hipóteses a respeito do comportamento e características da atuação internacional paradiplomática da cidade de São Paulo no período de 2005 a 2008. A primeira hipótese da pesquisa é que a inserção internacional de São Paulo se baseia em fatores estruturais da cidade para que se desenvolva a atividade paradiplomática. A segunda hipótese baseia-se na ideia de que depende da vontade política do governante para que ocorra a atuação internacional e/ou intensificação do processo de internacionalização da cidade de São Paulo.

As informações provenientes principalmente dos Relatórios de Gestão referentes ao período de 2005 a 2008 possibilitam analisar a atuação internacional da maior cidade do Brasil. Foram analisados alguns itens considerados importantes para o trabalho de atuação internacional como: Promoção de Relações Internacionais; Acordos de Cooperação; Participação em Feiras e Congressos; Implementação e Desenvolvimento de

Ações decorrentes das Relações Externas do Município; encontros com autoridades e as missões internacionais realizadas.

O quadro operacional da Secretaria Municipal de Relações Internacionais é dividida em cinco níveis de hierarquia, conforme o esquema abaixo.



Fonte: apresentação institucional da SMRI.

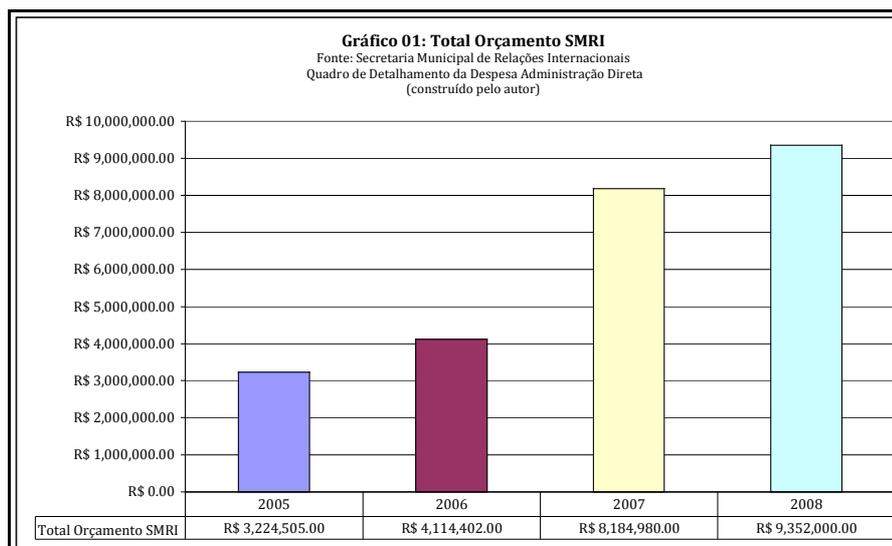
A estrutura operacional da Secretaria Municipal de Relações Internacionais manteve-se a mesma, mas houve rotatividade de agentes nos níveis hierárquicos responsáveis pela tomada de decisão, o que pode ter influência direta acerca das diretrizes de inserção e atuação internacional. Primeiramente, cabe descrever as mudanças ocorridas para que seja levado em consideração antes da análise dos números. A SMRI estava formada por 9 assessores técnicos, 12 servidores de carreira concursados e 9 estagiários, somado ao chefe de gabinete, o secretário adjunto e o secretário de relações internacionais.

O Prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira, iniciou seu mandato de governante municipal em janeiro de 2005, tendo como vice Gilberto Kassab, do Democratas. O mandato de José Serra foi até maio de 2006, quando deixou o cargo para se candidatar a governador do estado de São Paulo. Devido à coalisão política PSDB - DEM iniciada na campanha municipal, o vice-prefeito, Gilberto Kassab assume como prefeito da cidade de São Paulo.

Houve modificação também, no secretariado, a substituição da secretária de relações internacionais Helena Maria Gasparian, que desempenhou suas funções de janeiro de 2005 a início de 2007, quando assume Alfredo Cotait Neto, que continuara até

o final do período pesquisado. Helena Maria Gasparian é diplomata e exercia cargos na administração pública, como vice-presidente da EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. Após deixar o cargo na Secretaria Municipal de Relações Internacionais foi convidada a desempenhar a função de conselheira especial de relações internacionais do governador José Serra no Palácio dos Bandeirantes, a partir de 2007. Já Alfredo Cotait é engenheiro civil e desempenhou ao longo de sua carreira serviços na iniciativa privada, no setor de comércio exterior, presidindo a Câmara de Comércio Brasil-Líbano, assim como na administração pública, como Secretário de Planejamento do Município de São Paulo (1998-99). Ambos profissionais que desenvolveram trabalhos na SMRI possuem trajetória consolidada em diferentes setores da sociedade e influenciaram de maneiras distintas o direcionamento das atividades internacionais da cidade de São Paulo. Essa ideia pressupõe-se que a figura do gestor é um fator que influencia as diretrizes da política de inserção internacional do município.

Observando os Relatórios de Gestão e comparando os números absolutos entre os anos de 2005 e 2008, é possível perceber o aumento substancial no orçamento total da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, partindo de um piso de R\$3.224.505,00 para R\$9.352.000,00 em 2008. O visível aumento do orçamento demonstra uma maior importância relativa das atividades desenvolvidas pela SMRI, assim como uma orientação aos acontecimentos do cenário internacional e um direcionamento para atividades mais específicas.



No mesmo sentido, o aumento do orçamento destinado a promoção de relações internacionais e acordos de cooperação, que em 2005 era de R\$66 mil, passou a R\$ 5 milhões, demonstra a crescente demanda por atividades exteriores. Mesmo com o aumento do orçamento destinado aos projetos da SMRI, a área internacional pode ser considerada de pouca importância quando analisado sua parcela proporcional ao orçamento total da cidade. Ainda que tenha aumentado sua participação relativa, o orçamento da secretaria não alcança 1% do total arrecadado por São Paulo, conforme demonstra tabela abaixo.

No entanto, comparando o período pesquisado, percebe-se que no mandato de Gilberto Kassab, a secretaria obteve maior orçamento, tanto em números absolutos quanto na proporcionalidade do montante total. Esse fator evidencia que a figura do líder influenciou na política de inserção internacional de São Paulo.

Apesar de visto como área de pouca importância quando analisados orçamento destinado, houve uma mudança brusca de porcentagem de alocação de recursos por parte da Prefeitura que cabe dar destaque, como demonstra a Tabela01.

A mudança de padrão no quadro orçamentário da prefeitura e da SMRI sugere que houve a intenção de desenvolver a área internacional, o que possibilita apontar a diferença entre os gestores que estiveram à frente da Prefeitura de São Paulo e da SMRI no período analisado.

Nesse sentido é possível dizer que a área internacional teve menos importância durante o período de 2005 a 2006 em comparação ao período de 2007 a 2008 fundamentado principalmente pelo aumento absoluto e relativo no quadro orçamentário da SMRI.

Tabela 01

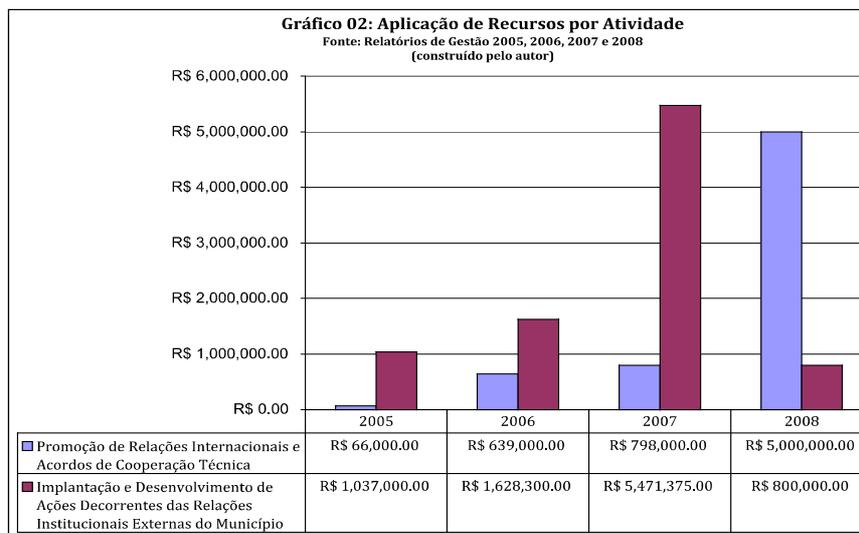
Comparação do Orçamento Total da Prefeitura Municipal de São Paulo e o Orçamento destinado à Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

Ano	Orçamento Total PMSP (em milhões de R\$)	Orçamento SMRI (em milhões de R\$)	porcentagem
2005	R\$ 15.200	R\$ 3	0.021%
2006	R\$ 17.233	R\$ 4	0.024%
2007	R\$ 21.512	R\$ 8	0.038%
2008	R\$ 25.284	R\$ 9	0.037%

Fonte: Relatórios de Gestão PMSP – 2005 a 2008. (construído pelo autor)

A inserção e atuação internacional da cidade de São Paulo sofreram algumas alterações entre os anos de 2005 e 2008, também fundamentados pela quantidade e temas dos projetos que foram desenvolvidos no decorrer do período. Até o ano de 2005, a agenda relacionada a temas internacionais estava bastante diversificada, com projetos focados desde o tema da educação, como a Aula São Paulo, passando pela temática da saúde, com cooperação com Organização Mundial da Saúde em parceria com o governo de Kobe, no Japão (nota de rodapé), assim como com vistas à inserção em redes de cidades, a exemplo da eleição de São Paulo para presidir grupo de trabalho na Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, totalizando doze projetos de cooperação com órgãos ou governos exteriores.

A partir de 2006 houve a diminuição da quantidade de projetos de cooperação, que passaram de doze para seis, assim como pelo foco em temas específicos, majoritariamente na temática de meio ambiente, saúde e participação em redes de cidades. A exemplo dessa orientação é possível destacar a Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Região de Ilê de France. Cabe dar destaque ao Projeto de Cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e a Região de *Île-de-France*, firmado em 2006 e com previsão de conclusão em 2009, Este projeto foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) e a Secretaria Municipal do Trabalho (SMTrab). Este projeto em específico comprova a característica com a qual a SMRI foi criada, definida como “secretaria meio”.



No que se refere à aplicação dos recursos da SMRI houve evolução no eixo de “implantação e desenvolvimento de ações decorrentes das relações institucionais externas do município” desde 2005, quando o orçamento era de pouco mais de R\$ 1 milhão e saltou para R\$ 5 milhões em 2007, como mostra o gráfico 02 acima. No ano de 2008, houve uma inversão na proporcionalidade de aplicações, quando comparado com o eixo de “promoção de relações internacionais e acordos de cooperação técnica”, que passou de um orçamento de R\$ 66 mil em 2005 para R\$ 5 milhões em 2008.

Esses dados demonstram uma nova orientação política de inserção internacional da cidade de São Paulo, o que coincide também com os outros fatores anteriormente mencionados. O ano de 2008 passa a ser um marco de uma nova orientação de inserção internacional caracterizada pela diminuição da quantidade de projetos de cooperação e um aumento das atividades de promoção da cidade de São Paulo no ambiente internacional, fundamentada principalmente pela participação em feiras como a *World Expo Zaragoza*, a *Semana de São Paulo em Tóquio* e a participação na *Feira Internacional Barcelona Meeting Point*.

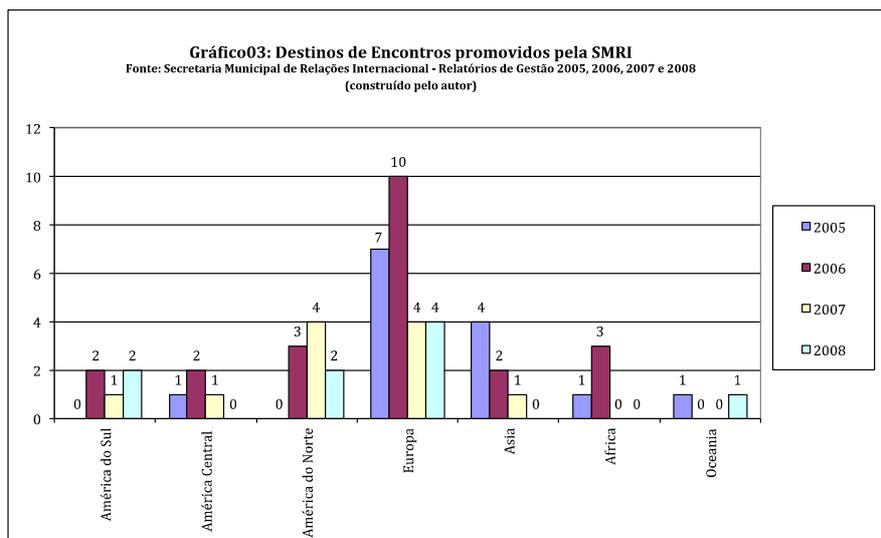
As informações coincidem também com a gestão do secretário que assume a SMRI em 2007 e aplica as novas diretrizes no ano de 2008, o que causa uma diferenciação entre os anos anteriores.

O terceiro item que se soma aos anteriores é o de “Destinos de Encontros promovidos pela SMRI”, que por sua vez também sofre alteração de padrão a partir de

2008, quando a quantidade de viagens diminui em relação aos anos anteriores, mas que no entanto, os principais destinos foram mantidos, conforme demonstra o Gráfico 03.

Em 2008 foram realizadas nove viagens ao exterior para realização de “Encontros Promovidos pela SMRI”, dos quais quatro tiveram como destino o continente europeu. Diferentemente deste ano, os anos anteriores tiveram mais quantidades de viagens, sendo que em 2005 foram 16 encontros pulverizados entre o continente americano, Europa, África, Ásia e Oceania. Já em 2006, o total de destinos aumentou para 22 seguindo o mesmo padrão do ano anterior na diversificação de destinos. O ano de 2007 foi marcado pelo início da queda da quantidade de destinos que foi registrado em 11 locais, principalmente Europa e América do Norte.

Percebe-se claramente que o continente europeu foi o destino que sempre esteve presente, independente da quantidade de viagens realizadas. A hipótese que se sugere é de que há um número maior de cidades que exercem a atividade paradiplomática ou possibilitam maior abertura para troca de experiências entre governos subnacionais. Essa abertura é fundamentada principalmente pelo desenvolvimento avançado da institucionalização e da participação política das cidades no desenvolvimento de política externa das regiões, como é o caso do Comitê das Regiões, órgão ligado ao parlamento europeu estruturado para discussão das necessidades e demandas dos governos subnacionais pertencentes à União Europeia.



No sentido inverso aos destinos promovidos pela SMRI, a cidade de São Paulo também foi palco de receptivos de representantes de países, entidades e associações internacionais. De acordo com informações colhidas na Secretaria Municipal de Relações Internacionais foram realizados onze receptivos durante o ano de 2005. Ao longo do ano de 2007, o governo municipal recebeu 47 representantes de diversas nacionalidades. Em 2008, o número de receptivos diminuiu para vinte. O ano de 2006 não possui registro possivelmente devido à troca de governantes e equipe técnica da SMRI.

O aumento do número de receptivos de 2005 para 2007 demonstra o interesse de governos e entidades estrangeiras na cidade de São Paulo, da mesma forma que coloca a cidade como destino importante no itinerário de governos, empresas e instituições internacionais, comprovando a necessidade de organização e funcionamento de uma assessoria ou órgão responsável por promover e realizar os encontros entre os representantes da cidade de São Paulo e os representantes internacionais que desembarcam na capital paulista buscando desde investimentos, como também o desenvolvimento de projetos de cooperação até consultas de melhores práticas de políticas públicas.

4. Conclusão

A atividade paradiplomática está presente no governo municipal de São Paulo há quinze anos e é possível perceber claramente o desenvolvimento e consolidação de uma cultura de atividade internacional caracterizada pelo avanço das atividades e da criação de um órgão responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos que envolvem o âmbito exterior.

A cidade de São Paulo e a política de inserção internacional desenvolvida pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais é um exemplo de estudo de caso de atuação internacional de governos subnacionais na esfera internacional e do cenário contemporâneo de possibilidades de buscar no exterior maneiras de desenvolver o âmbito local.

As informações analisadas ao longo do artigo possibilitaram delimitar de que maneira se deu a evolução da inserção internacional da cidade de São Paulo, assim como

apontar alguns aspectos que mudaram a política de atuação internacional principalmente a partir de 2008.

Com base nas definições e conceitos criados por Soldatos (1990, pág. 41) somados às informações disponibilizadas anteriormente é possível dizer que a natureza da atividade paradiplomática da cidade de São Paulo se encaixa numa “ação paralela e em harmonia com a diplomacia nacional”.

As informações utilizadas e as mudanças identificadas possibilitam acrescentar que a atividade paradiplomática em São Paulo é determinada tanto por causas internas quanto por causas externas. A principal causa interna, utilizando as definições de Soldatos (1990), é o crescimento da unidade federalizada caracterizada principalmente pelo desenvolvimento de instituições, crescimento do orçamento e aumento das funções, que de acordo com o autor (SOLDATOS, 1990, pág. 44) “encoraja as elites subnacionais a buscar novos papéis na política internacional”.

No sentido oposto, é possível identificar que há fatores externos que incentivam a atividade internacional da cidade de São Paulo, delimitados principalmente pelo crescimento da internacionalização da economia e da interdependência entre as regiões e países.

No entanto, independente de causas internas e externas, as informações descritas ao longo do artigo demonstram que a cidade de São Paulo possui, acima de tudo, condições favoráveis para sua atuação internacional, determinada principalmente pela personalidade dos líderes envolvidos no governo durante o período analisado, somado às características históricas e ingredientes culturais, além do importante papel que a cidade possui na economia e política regional e nacional.

As atividades da Secretaria Municipal de Relações Internacionais durante o período de 2005 a 2008 demonstraram uma evolução institucional delimitada principalmente pelo crescimento do orçamento absoluto destinado ao órgão, assim como pela importância destinada às atividades internacionais determinadas pelo crescimento proporcional da SMRI ao longo dos anos em relação ao orçamento total da prefeitura de São Paulo, conforme analisado na Tabela 01.

Nesse sentido, percebe-se que a cidade de São Paulo é um ator subnacional pró ativo nas demandas internacionais de governos subnacionais. O governo municipal utiliza da paradiplomacia como ferramenta para participação e atuação de forma constante e cada vez mais incisiva no âmbito internacional, na busca da promoção para atração de investimentos, na organização de encontros e participação de eventos de instituições internacionais e na recepção estrangeiros que se interessam pela região. Esses são alguns fatores que definem e caracterizam a atuação externa e a política de inserção internacional da cidade de São Paulo como ente subnacional em busca de se afirmar como ator importante nas relações internacionais paradiplomáticas.

5. Referências Bibliográficas

GAYARD, Nicole Aguiar. *Paradiplomacia na cidade de São Paulo: Uma análise empírica da inserção internacional do município*. IN: II Relatório Científico FAPESP. Gestão Pública e inserção internacional das cidades. CEDEC/ PUC-SP/ UNESP. São Paulo, 2007.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Teorias da Globalização*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LO, Fu Chen. *The emerging world city system*. Tokyo. Work In Progress. United Nations University. Vol 13, nº3, 1991.

PRADO, Débora Figueiredo. *A Atuação internacional de São Paulo nas gestões Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000)*. IN: Relatório Científico Final FAPESP. Gestão Pública e inserção internacional das cidades. CEDEC/ PUC-SP/ UNESP. São Paulo, 2008.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO) Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Relatório de Gestão: A atuação internacional da cidade de São Paulo. 2005.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO) Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Relatório de Gestão: A atuação internacional da cidade de São Paulo. 2006.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO) Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Relatório de Gestão: A atuação internacional da cidade de São Paulo. 2007- 08. Disponível em:
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/relacoes_internacionais
Acesso em: 04/08/2010.

PRIETO, Noé Cornago. *O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: A diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental*. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (org). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. Bauru: UNESP, 2004.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. *A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia*. IN: Cena Internacional – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB). Volume 10, nº 2. Brasília, IREL, 2008.

RODRIGUES, Gilberto Marcos. *Política Externa Federativa*. In: Network, Centro de Estudos das Américas/ UCAM. Rio de Janeiro, V.7, N.3, p.6, Set-Dez, 1998.

SASSEN, Saskia. *El Estado y la nueva geografía del poder*. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (org). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. Bauru: UNESP, 2004.

SOLDATOS, Panayotis. *An explanatory framework for the study of federated states as foreign policy actor*. IN: MICHELMANN, Hans, SOLDATOS, Panayotis (org). *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *São Paulo no contexto da globalização*. In: LUA NOVA: Revista de cultura e política. Número 69. São Paulo: CEDEC, 2006.